

AÇÕES AFIRMATIVAS, ESCRIVIVÊNCIAS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS

Coordenadores:Tiago Heliodoro Nascimento

Doutorando (PPGAN-UFGM)

Jaqueline de Oliveira e Silva

Doutoranda (PPGAN- UFGM)

Daniel de Oliveira Baptista Doutorando

(PPGAN- UFGM)

Fundadas pelas elites coloniais para formar seus filhos, até meados do século XIX, as universidades brasileiras foram um espaço muito confortável de construção de lealdades de classe e raça. Talvez o principal ponto de encontro das pessoas brancas das classes médias e altas, ambiente privilegiado para a constituição e troca dos valores e perspectivas em comum correspondentes àquelas posições de classe e raça compartilhadas e construídas por esses grupos. Nesse sentido, as universidades federais sempre foram um espaço de produção de uma certa branquitude.

Diante desse cenário, Jose Jorge de Carvalho analisava que a implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras configurava um reposicionamento das relações raciais no meio acadêmico capaz de promover uma “revisão epistemológica radical” no ambiente dessas instituições (Carvalho, 2006, p.89). Em áreas do conhecimento como a Antropologia, cuja construção e independência disciplinar foi realizada através da produção da auteridade de povos negros e indígenas (Castro-Gomez, 2005; Lander, 2005; Mignolo, 2005), a política de reserva de vagas para esses grupos nas universidades significava o tensionamento de históricas e estruturantes relações de poder no interior da disciplina. Em outras palavras, colocava no lugar de produtores de conhecimento aqueles que sempre foram o principal objeto de conhecimento de suas pesquisas.

Embora sejam em geral associadas à população negra, podemos definir como ação afirmativa “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido” (FERES JUNIOR et al. 2018, p.13). Além da etnia e da raça, um panorama mundial revela que classe, ocupação, gênero, religião e casta também constam entre as categorias mais comuns em tais políticas (FERES JUNIOR et al. 2018, p.13).

Modalidade mais conhecida no Brasil, as chamadas cotas raciais, políticas de reserva de vagas para pessoas negras em universidades e empregos públicos, constituem apenas uma das estratégias, devendo ser consideradas em um amplo contexto de enfrentamento às desigualdades sociais. Nilma Lino Gomes (2004) nos lembra que as discussões sobre ações afirmativas não se restringem ao movimento negro, tendo emergido “em conjunto com outras

políticas de reconhecimento, como as cotas para os portadores de necessidades especiais, e para mulheres nos partidos políticos e nas representações públicas” (GOMES, 2004, p.46). Como argumenta João Feres Júnior (et. al; 2018), deve-se ter em mente o processo de redemocratização, “quando diferentes grupos e organizações sociais, antes silenciados pelo regime autoritário, passaram a demandar direitos de maneira organizada e pública.” (FERES JUNIOR et al. 2018, p.15).

De maneira geral, ações afirmativas são entendidas como políticas de combate à desigualdade, como um conjunto de ações voltadas para a equiparação das oportunidades entre os diversos indivíduos e grupos que compõem uma dada sociedade, um país, uma nação. No caso do Brasil, correspondem sobretudo à estratégias de estado que visam diminuir as distâncias entre as classes, entre homens e mulheres, indígenas e não-indígenas, brancos e negros, bem como a inclusão de pessoas com deficiência. Indicando o reconhecimento de que o acesso a certos espaços, posições e saberes foi historicamente negado a determinados grupos e indivíduos, essas ações constituem esforços de democratização desses lugares, de modo que sua ocupação passe a corresponder à proporção de cada segmento na população do país. Em outras palavras, constituem – no caso brasileiro – sobretudo esforços de desbranqueamento de cargos públicos e eletivos, das universidades, de posições de prestígio nas empresas e outros lugares de poder. Não é incorreto, portanto, afirmar que quando pensamos em Ações Afirmativas imaginamos políticas que levam oportunidades historicamente monopolizadas por alguns setores – classes médias, elites e brancos – àqueles segmentos excluídos pelos processos de formação do estado nação. Desbranquear, desembranquear, ou melhor, enegrecer, para este trabalho, significa enriquecer.

Tendo como pano de fundo o processo de democratização dos cursos superiores – verificado na sociedade brasileira há quase duas décadas, este GT pretende acolher estudos e reflexões que se relacionem e se debruçam diretamente sobre os efeitos da diversificação do público universitário nas experiências vivenciadas dentro dos distintos ambientes acadêmicos da Universidade Federal de Minas Gerais após a adesão às políticas afirmativas em seus cursos de graduação e, mais recente, em seus Programas de Pós-Graduação. O objetivo é identificar o impacto que políticas de inclusão como “bônus” e “ações afirmativas” vêm produzindo nas experiências acadêmicas, principalmente na área das Ciências Sociais e afins. Nesse sentido, trata-se de perguntar o que estas pessoas levam aos lugares que tais políticas (finalmente) os possibilitaram ocupar? Quais transformações foram e estão sendo produzidas a partir do envolvimento desses sujeitos nas práticas e produções desses espaços? Quais tensões resultam desse novo cenário de redistribuição e disputa por posições de poder?

Partimos do princípio de que produzir conhecimento é uma prática política, de que trajetórias, corpos, experiências, culturas e relações diferentes produzem, necessariamente, diferentes formas de saber, de conhecer, de se relacionar, de produzir gentes e realidades. Se admitimos que uma ciência impessoal, neutra e universal não existe, não há por que duvidar que a participação de novos sujeitos resultará em experiências, tensões e conhecimentos novos.

Nesse sentido, acolheremos narrativas etnográficas como: experiências em salas de aula, relações com professores, debates sobre programas de curso; atuação em projetos de extensão; definição de temas de pesquisa e escolhas teórico-metodológicas desse processo, relatos e vivências que busquem mobilizar, analisar e relacionar diferentes figuras intelectuais com novas perspectivas teóricas, metodológicas, éticas e estratégias de divulgação científica alinhadas com as demandas desse novo perfil.

Referências:

Castro-Gomez, Santiago (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas. (pp.107-129). Buenos Aires: CLACSO.

Carvalho, José Jorge (2006). O Confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. Revista USP, n.68, 88-103.

FERES JUNIOR, João; et. al. Ação Afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). Universidade e Democracia: experiências alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte, editora UFMG, 2004. p.45-56.

Lander, Edgardo. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas. (pp.107-129). Buenos Aires: CLACSO.

Mignolo, Walter D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas. (pp.33-49). Buenos Aires: CLACSO.